

## LEGADO DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA O TRABALHO, A POLÍTICA E A SOCIEDADE

apresentação do dossiê temático

José dos Santos Souza<sup>1</sup>  
(UFRRJ, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i10.855>

**Resumo:** o texto faz uma apresentação do Dossiê Temático “*Legado da pandemia de COVID-19 para o trabalho, a política e a sociedade*”. A apresentação do Dossiê é pautada pela consideração de aspectos da crise sanitária decorrente da Pandemia de COVID-19 que tendem a se tornar permanentes na realidade brasileira, condicionando o trabalho, as relações de poder e a vida social. A apresentação aponta que o conjunto de textos do Dossiê nos permite afirmar que o maior legado da Pandemia de COVID-19 consiste exatamente em seu potencial revelador dos limites do capital para cumprir sua promessa integradora.

**Palavras-chave:** Necropolítica, Trabalho, Educação, Pandemia de COVID-19.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio de pós-doutoramento pela Faculdade de Educação da UNICAMP. Atualmente é Professor Associado IV de Economia Política da Educação e de Política Educacional do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde atua como docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ), coordena o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Educacional (CEGE) e atua no quadro docente de cursos de licenciatura. É Líder do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS/UFRRJ); é editor da RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade; é pesquisador membro da Rede Universitas-BR; é membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5433-0812> / E-mail: [jsantos@ufrj.br](mailto:jsantos@ufrj.br)

## LEGACY OF COVID-19 PANDEMIC FOR WORK, POLICY AND SOCIETY: presentation of thematic dossier

**Abstract:** the text presents the Thematic Dossier "*Legacy of the COVID-19 pandemic for work, politics and society*". The presentation of the Dossier is guided by the consideration of aspects of the health crisis resulting from the COVID-19 Pandemic that tend to become permanent in the Brazilian reality, conditioning work, power relations and social life. The presentation points out that the set of texts in the Dossier allows us to affirm that the greatest legacy of the COVID-19 Pandemic consists precisely in its potential to reveal the limits of capital to fulfill its integrative promise.

**Keywords:** Necropolitics, Work, Education, COVID-19 Pandemic.

## EL LEGADO DE LA PANDEMIA COVID-19 PARA EL TRABAJO, LA POLÍTICA Y LA SOCIEDAD: presentación de dossier temático

**Resumen:** el texto presenta el Dossier Temático "*Legado de la pandemia COVID-19 para el trabajo, la política y la sociedad*". La presentación del Dossier está guiada por la consideración de aspectos de la crisis de salud resultante de la Pandemia COVID-19 que tienden a tornarse permanentes en la realidad brasileña, condicionando el trabajo, las relaciones de poder y la vida social. La presentación señala que el conjunto de textos del Dossier nos permite afirmar que el mayor legado de la Pandemia COVID-19 consiste precisamente en su potencial de revelar los límites del capital para cumplir su promesa integradora.

**Palabras clave:** Necropolítica, Trabajo, Educación, Pandemia COVID-19.

Já no início de novembro de 2020, os apologetas do capital no campo educacional festejavam os legados da pandemia para educação, argumentando que com a Pandemia, havia crescido o envolvimento das famílias na rotina dos estudantes, a valorização dos professores e a tecnologia no aprendizado (FUNDAÇÃO LEMANN, 2020). É curioso que, quando se fala de legado da Pandemia de COVID-19, as atenções se voltam de imediato para a educação, seja de parte daqueles que veem nesse evento dramático amplas possibilidades de expansão de seus negócios, seja de parte daqueles que estão na linha de frente da resistência à intensificação da precariedade do trabalho docente, à queda da qualidade de ensino e à exposição de docentes e discentes ao risco de contágio em situações de aulas presenciais sem devida vacinação. Se por um lado esta tendência seja justificável, afinal o campo educacional tem sido atingido de forma contundente pelas consequências da Pandemia, por outro lado, esta tendência camufla consideravelmente outros aspectos que poderiam ser considerados legados da pandemia, mas têm sido pouco explorados.

Por exemplo, o desemprego que já estava fora de controle antes mesmo da Pandemia, tem aumentado consideravelmente, chegando a atingir 14,7% no 1º trimestre de 2021, batendo o recorde de 14,8 milhões de brasileiros. Esta "é a maior taxa e o maior contingente de desocupados já registrado pela série histórica do IBGE, iniciada em 2012" (ALVARENGA; SILVEIRA, 2021). Sem contar que o número de subutilizados chegou a 33,2 milhões, atingindo nova máxima, e o número de pessoas em desalento já somam 6 milhões. O legado, portanto, não seria o desemprego em si, mas seu crescimento. Não há evidências

de que pós Pandemia esta realidade seja superada, ao contrário, tudo indica que será conservada ou até mesmo desenvolvida.

Outro exemplo é que a Pandemia da COVID-19 acentuou a precarização das relações de trabalho, aumentando a informalidade, o que implica efeitos imediatos em toda a sociedade (MILITÃO, 2020). Entretanto, devemos considerar que esta intensificação da precariedade do trabalho foi propiciada pela mais recente reforma trabalhista, pelo avanço do regime de acumulação enxuto e flexível do capital e pelos rumos da política pública de emprego e renda sob a perspectiva neoliberal mediada pela Terceira Via. Obviamente, as consequências deste evento deverão se tornar permanentes após a Pandemia.

Como mais um exemplo, poderíamos mencionar o fato de a Pandemia de COVID-19 acentuar o racismo estrutural no Brasil, uma vez que seu contágio e as consequências da crise sanitária não atingem a todos igualmente, sem distinção de raça ou classe social (AZEVEDO; COLY, 2020). Este aspecto também é revelado como a materialização da barbárie durante a pandemia:

É, nesse cenário, que o véu que tantas vezes mascara as fraquezas do Estado e da sociedade sai de cena, desnudando, assim, problemas antigos e infelizmente perenes. Nesse sentido, a dificuldade de acesso da população negra à saúde básica, às estruturas sanitárias e hospitalares, aliada à inabilidade das instituições governamentais no que diz respeito à disseminação eficaz de informações para a população periférica (em sua maioria negra) quanto aos perigos da pandemia e à impossibilidade para essa população de praticar o chamado isolamento social, sob pena de não poder garantir sua subsistência, revelam o alijamento do povo preto no tocante a direitos tidos como fundamentais, como saúde, educação, trabalho e informação (AZEVEDO; COLY, 2020, s./p.).

Mas o fato é que a Pandemia não traz consigo nada de novo, no que se refere à precariedade do trabalho e da vida em sociedade. Na realidade, a pandemia só intensifica esta precariedade já existente, uma vez que ela é e sempre será inerente à ordem capitalista de produção e reprodução social da vida material. Além da intensificação da precariedade do trabalho e da vida social como o legado mais evidente da Pandemia, também devemos considerar um legado a pedagogia das experiências concretas vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras, pela população negra e pobre das periferias urbanas, pelos usuários dos sistemas públicos e privados de saúde, pelos docentes e discentes de escolas públicas e privadas nesse momento tão dramático para a humanidade. Afinal, é neste momento mais dramático que a população brasileira pode vivenciar na própria pele as evidências de que a promessa integradora do capital é impossível de ser cumprida e que somente uma transformação radical das relações sociais de produção e de poder podem propiciar à classe trabalhadora a garantia de condições dignas de trabalho e de vida em sociedade.

É neste espírito que o conjunto de artigos que compõem este dossiê temático intitulado *“O legado da Pandemia de COVID-19 para o trabalho, a política e a sociedade”* aborda os aspectos que, mesmo não tendo origem na Pandemia, foram intensificados ou ressignificados em seu contexto, tendendo a se tornarem permanentes daqui para a frente, ainda que a pandemia seja superada. Sob diferentes perspectivas foram analisados o trabalho, as políticas sociais, a sociabilidade e a educação, tendo como contexto a Pandemia de COVID-19.

O primeiro artigo, intitulado *“Trump e Bolsonaro: desinformação e racismo na pandemia de covid-19”*, de autoria de Felipe da Silva Freitas, do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), e de Dalila Fernandes de Negreiros, da Universidade de Brasília (UnB),

analisa os discursos dos presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro em relação à pandemia de COVID-19, dando destaque aos discursos destes governantes em um contexto marcado pela emergência de líderes de extrema direita. Nesta análise, Freitas e Negreiros (2021) apontam as similaridades e diferenças destes discursos no enfrentamento da pandemia no Brasil e nos Estados Unidos e, a partir daí, explicitam os símbolos políticos da nova direita global, dando ênfase a seus impactos sobre a população negra.

O segundo artigo, intitulado *"Pandemia e crise societária: obscurantismo bolsonarista e obsolescência lulista"*, de autoria de Marco Antonio Perruso, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), trata do legado da pandemia do COVID-19 para o pensamento social crítico. Para Perruso (2021), os confinamentos e as alterações no trabalho e na vida social e demais consequências associadas a isto dão materialidade a uma realidade complexa e desafiadora para a intelectualidade crítica. No campo estrutural Perruso aponta a ampliação do trabalho remoto, as alterações na mobilidade urbana, o incremento da precarização na vida dos trabalhadores. No campo superestrutural, aponta o acirramento das disputas entre liberais, populistas e ex-socialistas que se confrontam entre as resistências democráticas e as ameaças autoritárias, em busca de saídas para a crise global que nem sempre são afinadas com os interesses históricos da classe trabalhadora. Porém, Perruso (2021) argumenta que a indignação cidadã se mantém e, embora demasiadamente lenta, vem convertendo-se em participação política renovada. O autor conclui que, em um contexto de ressurgência do negacionismo científico, o "novo normal" desafia os intelectuais comprometidos com a classe trabalhadora a formularem diagnósticos e soluções emancipatórias para as sociedades na periferia do capitalismo, sem abdicar do diálogo com os grupos sociais subalternizados.

O Terceiro artigo, intitulado *"Teletrabalho, plataformas digitais e superexploração no capitalismo post-pandêmico"*, de autoria de Adrián Sotelo Valencia, da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), analisa a crise contemporânea do capitalismo. Sob a ótica da lei do valor-trabalho, Valencia (2021) aponta que os desdobramento da chamada quarta revolução industrial ou indústria 4.0, demarcada pela aplicação produtiva da inteligência artificial, 5G, Big Data, 3D etc., e suas múltiplas formas de trabalho virtual (Teletrabalho, *Home Office*, *Call Center* etc.) constituem o aparato acionado pelos proprietários dos meios de produção para superar a crise orgânica do capital ou, pelo menos, neutralizá-la, tendo como pauta o desejo insaciável de lucro e rentabilidade.

O quarto artigo, intitulado *"Trabalho por aplicativo: uma síntese da intensificação do trabalho, da informalidade e da resistência política no contexto da pandemia"*, de autoria de Henrique José Domiciano Amorim e de Felipe Bruner Moda, ambos da Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP), trata do trabalho dos entregadores por aplicativo no contexto da Pandemia de COVID-19. Amorim e Moda (2021) argumentam que a pandemia traz consigo impactos na forma de trabalhar, ao mesmo tempo em que amplia a incidência de ocupações profissionais que impulsionam a intensificação da precariedade do trabalho e da vida social. Diante disto, estes autores elegem como objeto de análise o trabalho de entregadores por aplicativo e constatam que a pandemia acarretou a intensificação de seu trabalho e isto ocasionou manifestações políticas como o *"Breque dos Apps"*. Frente a esses fenômenos, Amorim e Moda (2021) alertam para a necessidade de maior atenção nos estudos sobre trabalho e sindicalismo contemporâneos para as formas que os trabalhadores por aplicativo têm encontrado para romper com os avanços do capital na superexploração do trabalho. Afinal, em relações laborais marcadas pela intensificação

da precariedade, os trabalhadores por aplicativo têm conseguido reconstituir métodos históricos de mobilização da classe trabalhadora, ainda que assumindo dinâmica renovada. As assembleias, as associações e os sindicatos, por exemplo, ganham novas formas, a partir dos grupos existentes nas redes sociais, os quais servem como espaço de auto-organização para os trabalhadores. Para os autores, a compreensão dos limites e potencialidades destas articulações se impõe como uma tarefa central da análise acerca da organização e luta dos trabalhadores no futuro próximo, considerando o legado da Pandemia de COVID-19 neste campo.

O quinto artigo, intitulado *“COVID-19, educação (básica) e equidade em Portugal”*, de autoria de Belmiro Gil Cabrito, da Universidade de Lisboa, Portugal, trata do impacto da Pandemia de COVID-19 na realidade do trabalho educacional portuguesa. Cabrito (2021) aponta que, desde março de 2020, a pandemia repercutiu em todas as dimensões da vida social portuguesa, com sucessivos decretos de “estado de emergência” e de “fechamentos” e de retomada da atividade “normal” de setembro de 2020 a janeiro de 2021, quando o agravamento da situação após o Natal de 2020 levou o governo a promulgar novo período de emergência. Já no mês de março de 2021 aderiu-se ao processo de desconfinamento gradualmente. Cabrito (2021) observa que, entre janeiro de 2020 e março de 2021, parte dos trabalhadores entrou em *lay off* e outra parte permaneceu em atividade por meio de teletrabalho, mas a grande parte dos trabalhadores foi conduzida ao desemprego em plena Pandemia, com a falência de milhares de pequenas empresas. O autor situa o trabalho da educativo em Portugal nesse contexto, tendo as escolas encerrado e aberto suas portas, conforme a situação do país e as determinações governamentais, de modo que o trabalho educativo passou a ser desenvolvido por meio do ensino remoto, utilizando-se a TV e as plataformas digitais durante os momentos em que as escolas estiveram fechadas. Na compreensão de Cabrito (2021), é possível, com algum grau de certeza, identificar aspectos que irão permanecer e determinar o futuro do trabalho educativo em Portugal, como por exemplo, o fato de o ensino presencial vir a aproveitar experiências e aprendizagens vivenciadas durante o ensino remoto determinado pela Pandemia da COVID-19, como por exemplo: 1) a dotação, desde os primeiros anos de escolaridade, de recursos que potencializem resposta imediata e adequada a eventos como o atual, tais como: equipamentos informáticos, adequação das salas de aula e disponibilidade de recursos financeiros; 2) o alargamento da autonomia pedagógica da escola e dos professores que permitam formas organizativas de trabalho com os seus alunos ajustados ao contexto de cada momento histórico; 3) aposta na formação de professores em todas as áreas de conhecimento, nomeadamente na utilização didática das TIC e no rejuvenescimento da classe docente; 4) reorganização curricular, no sentido de diminuir o tempo de ensino presencial em benefício do trabalho individual e colaborativo entre os jovens, promovendo a sua autonomia e fomentando solidariedades; 5) reorganização do “espaço” de aula com classes menores, particularmente porque beneficiam largamente as crianças oriundas de estratos sociais menos favorecidos; 6) o reforço do apoio econômico e social aos jovens e respetivas famílias a fim de diminuir as enormes desigualdades que dividem populações no acesso à cultura, à saúde, à segurança, à educação e à riqueza.

O sexto artigo, intitulado *“A pandemia na educação: o presente contra o futuro?”*, de autoria de Lalo Watanabe Minto, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), trata do contexto do ensino remoto, problematizando o seu sentido presente e seus impactos futuros. Nesta perspectiva, Minto (2021) analisa a dimensão ideológica que reveste as

propostas de uso mais intensivo de tecnologias na educação, a mudança de sentido no trabalho docente e as expectativas sociais mais amplas sobre a educação e a formação das gerações futuras. Para este autor, diante da realidade imposta pela pandemia de COVID-19, as medidas apresentadas como emergenciais aprofundaram tendências já existentes na educação brasileira, como por exemplo, o imperativo do ensino remoto emergencial, que provocou mudanças substantivas no trabalho docente e nas expectativas de futuro para a educação que só aprofundam as mazelas que os sistemas educacionais no Brasil já comportavam. Para Minto (2021), para que a realidade atual da educacional não seja sitiada pelo negacionismo que menospreza o conhecimento científico acumulado, bem como experiências e conquistas decorrentes de lutas no campo educacional, o ensino remoto emergencial e suas variantes merecem ser avaliados mais profundamente, de modo que se considerem outros elementos além do apelo imediatista e do pragmatismo típico da sociedade condicionada pela lógica da acumulação privada da riqueza e da dominação de classe.

O sétimo artigo, intitulado *“Ensino remoto na educação superior pública: posições do movimento sindical docente no contexto da pandemia de COVID-19”*, de autoria de André Rodrigues Guimarães, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), e de Olgaíses Cabral Maués, da Universidade Federal do Pará (UFPA), analisam as posições do movimento sindical docente sobre o ensino remoto na Educação Superior pública, no contexto da Pandemia de COVID-19. Trata-se de uma análise pautada em pesquisa documental, referenciada no materialismo histórico-dialético, cuja base empírica são documentos do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Guimarães e Maués (2021) partem da constatação de que tais documentos expressam processos contraditórios que expressam concepções distintas sobre o papel da Educação Superior e da organização e luta dos trabalhadores das instituições públicas de ensino superior no contexto da pandemia, para apontar que necessidade de ratificação da necessária manutenção do caráter público, democrático e inclusivo da educação, em distintos contextos e tempos históricos. Considerando que em toda a sua história o ANDES-SN se pautou pela defesa da educação pública, os autores ressaltam que este sindicato sempre manteve a indicação de que a utilização de Educação à Distância (EaD) como modalidade de ensino equivalente ao ensino presencial implica a desqualificação da formação humana e a redução dos custos com serviços educacionais, o que favorece o mercado educacional privado na maximização de seus lucros. Para os autores, essa concepção privatista também está presente na implementação do ensino remoto no Brasil nestes tempos de pandemia. Entretanto, Guimarães e Maués (2021) destacam a ausência de maiores ações e formulações contra o ensino remoto por parte do ANDES-SN, afinal, para os autores, o enfrentamento do processo em curso, para ter êxito, necessita da mobilização de toda comunidade acadêmica e da sociedade em geral em torno de uma campanha de divulgação sobre as implicações negativas do ensino remoto para a formação dos trabalhadores.

O oitavo artigo, intitulado *“Trabalho e identidades docentes em tempos de crise humanitária: o que ressignificar?”*, de autoria de Lia Maria Teixeira de Oliveira, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), trata do trabalho docente no processo de construção das identidades sociais na Educação Básica do campo, diante do cenário da Pandemia de COVID-19. Oliveira (2021) reconhece que o cenário da pandemia revelou o aprofundamento das dualidades educacionais, comprometendo o acesso e a

permanência das classes populares nos sistemas escolares. Nesta perspectiva, a autora aborda a docência na educação do campo em suas especificidades potencializadas na história social e territorialidades rurais, onde se processam as lutas sociais que conformam subjetividades e objetivações tensionadas pelo cotidiano da luta pela vida, em tempos de crise sanitária. Segundo Oliveira (2021), a realidade do trabalho docente do campo no contexto da crise sanitária traz consigo a necessidade de maior reflexão sobre a possibilidade de novas interações intersubjetivas que remetem a ressignificações, em função de diferentes funções demandadas para o trabalho do(a) educador(a) do campo neste contexto. Oliveira observa que o(a) docente da Educação do Campo tem assumido precariamente novas frentes de trabalho, embora mantenha perspectivas solidárias para ressignificações do projeto educativo das escolas em território rural, campesino, carente de políticas de saúde, Educação Básica e condições dignas de trabalho mediado por tecnologias digitais, sem perder de vista a agroecologia como fundamento da base técnica da agricultura familiar.

O nono artigo, intitulado *“Educação Básica no Brasil, trabalho docente e pandemia: o que esperar do futuro?”*, de autoria de Vera Lúcia Nepomuceno, professora da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEduc-RJ), e de Eveline Algebaile, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), aborda as condições de realização da educação básica e do trabalho docente, no Brasil no contexto da Pandemia de COVID-19. Neste artigo, Nepomuceno e Algebaile (2021) destacam aspectos da desigualdade estrutural da oferta escolar e da diferenciação das condições de contratação, remuneração e exercício do trabalho docente que, para elas, são o que tornam problemático o enfrentamento da crise instaurada desde então. Nesta perspectiva, as autoras ressaltam as funções instrumentais da escolarização para as condições de produção e reprodução capitalista e apontam as prováveis incidências das medidas governamentais na escola básica em futuro próximo, em face do prolongamento da crise sanitária e dos seus desdobramentos econômico-sociais.

O décimo artigo, intitulado *“Tendências da Educação de Jovens e Adultos pós-pandemia de COVID-19”*, de autoria de Rodrigo Coutinho Andrade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), parte da consideração do histórico aligeirado, precário, descontínuo e periférico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil ao longo de sua consolidação, para uma análise das possíveis tendências desta modalidade de ensino pós Pandemia de COVID-19. Para Andrade (2021), em virtude da retração orçamentária, do *modus operandi* no uso do fundo público e da atual agenda do bloco no poder para a educação, a tendência mais evidente é a acentuação da retração das matrículas de modo acelerado e desproporcional em comparação aos demais níveis e modalidades de ensino. Para o autor, isto se deve ao aviltamento do financiamento, à reformulação das diretrizes curriculares sob o “mantra” da empregabilidade e à continuidade da precariedade do trabalho docente na EJA.

O décimo primeiro artigo, intitulado *“Cadê a escola que estava aqui?”*, de autoria de Olívia Chaves de Oliveira e de Celia Regina Otranto, ambas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), trata dos efeitos sociais do ensino remoto determinado pela Pandemia de COVID-19 e seu legado para o futuro da escola. Considerando que a suspensão das aulas presenciais em março de 2020 alterou significativamente a vida escolar, Oliveira e Otranto (2021) questionam se a escola será a mesma depois que tudo passar. Afinal, esta realidade determinada pela Pandemia impôs à sociedade a necessidade

de repensar o uso de tecnologias, a importância dos estudos, a forma de estudar e o papel do professor. Em resposta a esta questão, as autoras constataam que o ensino virtual deu mais visibilidade às desigualdades sociais, demonstrando como a origem social do estudante influencia no êxito escolar e apontam a necessidade de valorização da escola como espaço de aquisição do capital cultural, tomando como referência os estudos de Bourdieu.

O décimo segundo artigo, intitulado *“O aprofundamento do capacitismo na pandemia: velhas facetas do capital”*, de autoria de Marinalva Silva Oliveira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e de Maria do Carmo Lobato da Silva, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), trata do aprofundamento do capacitismo no contexto da Pandemia de COVID-19 no Brasil. Oliveira e Silva (2021) partem da consideração de que a pandemia aprofundou e tornou transparente a crise capitalista em seus diversos aspectos. Isto se deve ao fato de a pandemia ter trazido à luz algumas questões sociais preexistentes que, neste momento de crise sanitária, se revelam negligenciadas pela ação efetiva do poder público, de modo a negar de forma ainda mais dramática que antes o acesso às condições mínimas de sobrevivência, principalmente, àqueles mais vulneráveis social e economicamente. Nesta perspectiva, Oliveira e Silva (2021) observam que as pessoas com deficiência foram impactadas diretamente com o aprofundamento das desigualdades e da exclusão, de modo que as diversas expressões do capacitismo têm sido potencializadas, seja no âmbito do acesso à saúde, seja do acesso às tecnologias da comunicação e da informação ou seja do acesso à educação escolar. As autoras constataam que, mesmo em uma situação de excepcionalidade como a que vivemos, na qual nada deveria parecer “normal”, a sanha neoliberal pretende afirmar a ideia de “novo normal” no velho modelo estrutural.

O décimo terceiro e último artigo do dossiê, intitulado *“O legado da Pandemia de COVID-19 para as mulheres negras egressas do sistema prisional”*, de autoria de Camila Maximiano Miranda Silva, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e de Mara Regina Martins Jacomeli, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), parte da constatação de que a humanidade vive uma situação de barbárie e, neste contexto, a população negra é a que mais sofre. Nesta perspectiva, Silva e Jacomeli (2021) trazem à tona elementos para reflexão sobre o legado da pandemia para as mulheres negras egressas do sistema prisional brasileiro. As autoras evidenciam que a resposta capitalista à crise agravada com a pandemia da Covid-19, especialmente para a mulher negra, consiste em: mais exploração e mais dilapidação da sua força de trabalho; mais informalidade; mais desemprego; mais empobrecimento; e, principalmente, mais encarceramento e violência policial.

O que este conjunto de artigos nos ajuda a compreender é que não foi a Pandemia de COVID-19 que determinou a barbárie da sociedade capitalista, pois ela já estava instalada antes mesmo deste evento. Na realidade, a Pandemia só serviu para evidenciar a barbárie, na medida em que a reação das empresas e dos governos à crise sanitária se tornou reveladora da incapacidade do padrão de desenvolvimento enxuto e flexível do capital para garantir o acesso ao emprego e às condições de vida digna para todos e todas. No caso brasileiro, os noticiários, assim como as redes sociais, não param de informar eventos em que os limites da promessa integradora do capital são revelados e confirmados pela experiência concreta dos trabalhadores e trabalhadoras em seu cotidiano social. As ideologias da empregabilidade, do empreendedorismo, da sustentabilidade e do mérito individual são cotidianamente postas à prova, frente às demandas desencadeadas pela Pandemia de COVID-19 e a resposta dada pelo empresariado e o governo. Certamente, um



dos mais preciosos legados da Pandemia de COVID-19 consiste exatamente neste potencial revelador dos limites do capital para realizar sua promessa integradora. Caberá ao movimento organizado dos trabalhadores encontrar os meios para explorar este legado em favor daqueles e daquelas mais sofrem com esta situação.

## Referências

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. Desemprego sobe para 14,7% no 1º trimestre e atinge recorde de 14,8 milhões de brasileiros. **G1**, 27/05/2021 09h00. Disponível em . Acesso em 03/06/2021.

AMORIM, H.; MODA, F. Trabalho por aplicativo: uma síntese da intensificação do trabalho, da informalidade e da resistência política no contexto da pandemia. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 105-124, 30 jun. 2021.

ANDRADE, R. Tendências da educação de jovens e adultos pós-pandemia de covid-19. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 213-238, 30 jun. 2021.

AZEVEDO, Marcelise; COLY, Sarah. Pandemia do coronavírus acentua o racismo estrutural no Brasil. **Carta Capital**, Opinião, 26 DE JUNHO DE 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaopandemia-do-coronavirus-acentua-o-racismo-estrutural-no-brasil/> . Acesso em 03/06/2021.

CABRITO, B. COVID-19, Educação (básica) e equidade em Portugal. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 125-138, 30 jun. 2021.

FREITAS, F.; NEGREIROS, D. Trump e Bolsonaro: desinformação e racismo na pandemia de COVID-19. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 35-60, 30 jun. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Pesquisa Datafolha aponta legados da pandemia para educação**. São Paulo: 10/11/2020. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/releases/pesquisa-datafolha-aponta-legados-da-pandemia-para-educacao>. Acesso em 03/06/2021.

GUIMARÃES, A.; MAUÉS, O. Ensino remoto na educação superior pública: posições do movimento sindical docente no contexto da pandemia de COVID-19. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 155-174, 30 jun. 2021.

MILITÃO, Bruno. Pandemia da covid-19 acentuou precarização das relações de trabalho. **Jornal da USP**, 20/07/2020. disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/pandemia-da-covid-19-acentuou-precarizacao-das-relacoes-de-trabalho/>. acesso em 03/06/2021

MINTO, L. A pandemia na educação: o presente contra o futuro? **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 139-154, 30 jun. 2021.

NEPOMUCENO, V.; ALGEBAIL, E. Educação Básica no Brasil, trabalho docente e pandemia: o que esperar do futuro? **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 193-212, 30 jun. 2021.

OLIVEIRA, L. Trabalho e identidades docentes em tempos de crise humanitária: O que ressignificar? **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 175-192, 30 jun. 2021.

OLIVEIRA, M.; SILVA, M. DO C. O aprofundamento do capacitismo na pandemia: velhas facetas do capital. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 259-272, 30 jun. 2021.

OLIVEIRA, O.; OTRANTO, C. Cadê a escola que estava aqui? **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 239-258, 30 jun. 2021.

PERRUSO, M. Pandemia e crise societária: obscurantismo bolsonarista e obsolescência lulista. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 61-78, 30 jun. 2021.

SILVA, C.; JACOMELI, M. O legado da pandemia de covid-19 para as mulheres negras egressas do sistema prisional. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 273-288, 30 jun. 2021.

VALENCIA, A. Teletrabalho, plataformas digitais e superexploração no capitalismo post-pandêmico. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 79-104, 30 jun. 2021.



Esta obra está licenciada com uma Licença  
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)